



© MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

PEC 215 NÃO

Protestos indígenas se espalham pelo País

No final de outubro, a Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional aprovou o parecer do deputado Osmar Serraglio e pode ser votada a qualquer momento no plenário da Câmara. Indígenas protestam no Congresso, nos Jogos Mundiais Indígenas e trancam rodovias. **p.20**

Jovens agentes socioambientais concluem formação

O projeto desenvolvido pelo ISA contribuiu para a formação política e ambiental de 67 jovens do Vale do Ribeira. Dos 31 projetos apresentados, 12 receberão recursos financeiros e apoio técnico. **p.10**

Aliança pela Água denuncia violações de direitos humanos à ONU

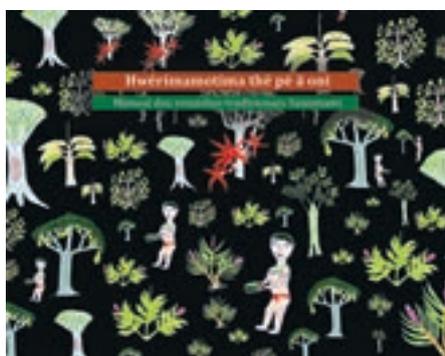
O documento entregue ao relator para direitos humanos à água e ao saneamento das Nações Unidas refere-se à gestão da crise hídrica no Estado de São Paulo. **p.19**

- 2 PESQUISA E DIFUSÃO
- 6 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE
- 19 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
- 23 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
- 24 PARCEIROS LOCAIS

Yanomami publicam pesquisa sobre seus remédios tradicionais

O conhecimento sobre remédios tradicionais sempre foi apontado pelas lideranças Yanomami com um tema a ser pesquisado e fortalecido. Um levantamento pioneiro foi realizado entre 1992 e 1994 a pedido da Comissão Pró-Yanomami (CCPY) pelo etnólogo Bruce Albert e o etnobotânico William Milliken sobre as plantas medicinais Yanomami.

O objetivo era a valorização de sua medicina tradicional. Mas a pesquisa nunca foi publicada. Em 2012 e 2013, o levantamento foi retomado, por meio de oficinas na região do Demini, por nove jovens pesquisadores Yanomami, em sua própria língua e com



a colaboração de Milliken e Albert e de Vicente Coelho, do ISA.

Os jovens entrevistaram três homens mais velhos e conhecedores da floresta, que ainda detinham esses conhecimentos. O resultado é o *Manual dos remédios tradicionais Yanomami*, voltado para o uso cotidiano desse povo, que apresenta as plantas por agrupamentos de remédios em função

das doenças a serem tratadas. Tem remédio para tudo: desde doenças do ouvido, da pele, dos olhos, dores em geral, febre e mazelas provocadas por feitiçarias. A ideia da publicação é que esses conhecimentos se disseminem de forma prática entre as novas gerações Yanomami.

Atlas detalha impactos sobre pesca após quatro anos de construção de Belo Monte

Trata-se do mais recente diagnóstico sobre os impactos que a usina hidrelétrica de Belo Monte causou na vida dos pescadores da região do entorno da hidrelétrica que está sendo erguida no Rio Xingu, no Pará. O recado do Atlas produzido pelo ISA e lançado em setembro é claro: não se pode admitir que o Ibama autorize a operação da usina sem a devida compensação de pescadores indígenas e ribeirinhos pelos danos sofridos desde o início da instalação do empreendimento.

A publicação aponta omissões do monitoramento de impactos feito exclusivamente pelo empreendedor, a Norte Energia. Os pescadores indígenas e ribeirinhos de toda a região confirmam que o peixe está sumindo

rapidamente em meio à água que está mais turva, às luzes das obras que ficam acesas à noite e às explosões de dinamites.

Excluídos do mapa de compensações do licenciamento ambiental, os atingidos ganham voz no Atlas, narram disputas entre pescadores tradicionais por recursos, áreas de pesca desaparecidas e condições alarmantes de insegurança alimentar, além de extinção de seu modo de vida. Está disponível para download gratuito.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Kjf2kQ>

Publicação mostra consequências da PEC 215 sobre índios, quilombolas e UCs

O estudo *Impactos da PEC 215/2000 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente* produzido pelo ISA revela as consequências da possível aprovação da proposta que quer transferir do governo federal ao Congresso a última palavra sobre o reconhecimento de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e de Territórios Remanescentes de Quilombos.

Lançado em setembro, o documento apresenta um relatório-diagnóstico e uma nota técnico-jurídica sobre a Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC) e apoia-se na análise de dados oficiais, monitorados pelo ISA há décadas em seu Sistema de Áreas Protegidas (SisArp), além de in-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1KfHB92>

formações fornecidas por órgãos oficiais como o Inpe, a Funai, e o Incra. Segundo o estudo, a transferência da competência de demarcar Terras Indígenas do Executivo para o Legislativo, principal objetivo da PEC, impactaria diretamente a demarcação de 228 Terras Indígenas (TIs) que ainda não foram homologadas, e que devem ser paralisadas.

Em articulação com esse estudo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) também produziu análise que destaca o papel das Terras Indígenas da Amazônia brasileira para conter o desmatamento e as mudanças climáticas. Se a PEC for aprovada, cerca de 110 milhões de toneladas de CO₂ serão emitidos até 2030, por conta de derrubadas em TIs não homologadas.

As rotas do saque na região da Terra do Meio, no Pará

Lançada em agosto pelo ISA, a publicação *Rotas do Saque: ameaças e violações à integridade territorial da Terra do Meio (PA)* traz o mais recente diagnóstico sobre roubo de madeira, grilagem e ameaças aos povos indígenas e comunidades tradicionais que vivem no conjunto de áreas protegidas da região da Terra do Meio, no Pará.

Localizada entre os rios Xingu e Iriri, a Terra do Meio configura um corredor de oito milhões de hectares de áreas protegidas entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Sobrevoos e imagens de satélite esquadriharam uma área equivalente a duas vezes o Estado do Rio de Janeiro. O resultado está na série de mapas produzida, identificando áreas atingidas e sob ameaça em cada porção do território. São 41 pontos de pressão destacados, entre estradas clandestinas, pastos ilegais recém-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1KtseHA>

-queimados, desmatamento e degradação. Detalha ainda as principais formas de atuação e pressão de cada um dos grupos envolvidos que deixam para trás um rastro de destruição.

O livro traz proposições, elencando ações governamentais prioritárias para o combate às atividades criminosas em curso na região. Faça o download gratuito.

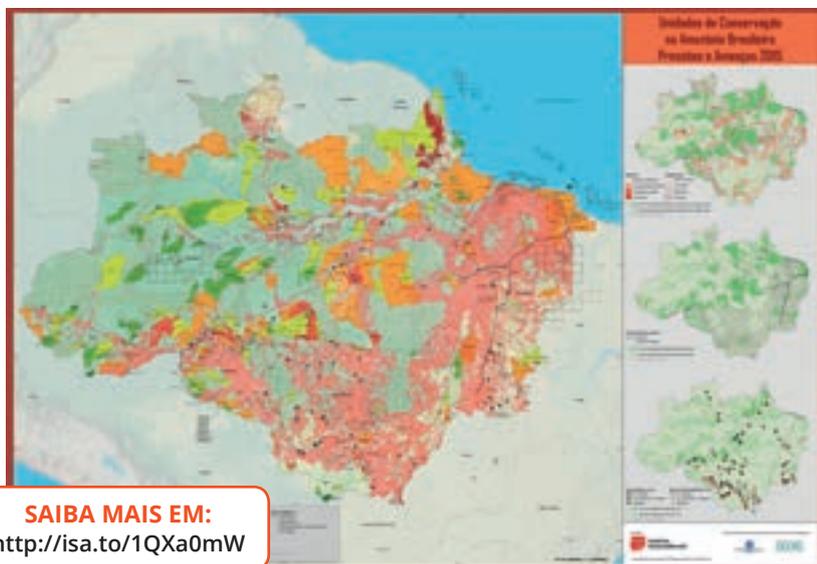


ISA lança mapa sobre Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira

A publicação *Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira: Pressões e Ameaças 2015* foi lançada em setembro durante o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação que se realizou em Curitiba (PR).

O mapa elaborado pelo ISA analisa detalhadamente as atuais pressões e potenciais ameaças em Unidades de Conservação (UCs) decorrentes da exploração de recursos naturais e da implantação de obras de infraestrutura e também traz informações sobre a gestão das Unidades de Conservação (UCs) estaduais e federais da Amazônia brasileira. Revela ainda o quanto as políticas para a Amazônia ainda se pautam pelo desenvolvimentismo, em vez de priorizar a conservação e a efetiva implementação de UCs – áreas importantes para a redução do desmatamento, o combate às mudanças climáticas e a promoção da justiça socioambiental para com as comunidades tradicionais.

Além do lançamento do mapa, o ISA montou um estande no Congresso para expor suas publicações e produtos. O mapa está disponível para download no site do ISA.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1QXa0mW>

Curtas

A queda do céu retrata pensamento dos Yanomami

A partir de relatos de Davi Kopenawa, xamã e líder dos índios yanomami, nasceu o livro lançado em São Paulo, em setembro. *A Queda do Céu*, Palavras de um xamã yanomami é o testemunho da cultura de um povo, além de ser um manifesto xamânico e um grito de alerta vindo do coração da Amazônia. O etnólogo Bruce Albert recolheu os depoimentos de Davi Kopenawa, em língua yanomami. Neles, o líder dos Yanomami relata sua história e suas meditações de xamã diante do contato predador dos “brancos”, que seu povo teve de enfrentar depois dos anos 1960. Ao final, Davi alerta em tom profético que quando a Amazônia sucumbir à devastação desenfreada e o último xamã morrer, o céu cairá sobre todos e será o fim do mundo. Em tempos de tragédias ambientais, como o recente rompimento da barragem de uma mineradora na histórica cidade mineira de Mariana, as palavras de Davi são proféticas. Imperdível.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1WQdegh>





Auditório da PGR em Brasília recebeu 500 pessoas que participaram de debates e exposições durante mais de dez horas

Participantes de seminário cobram mais participação social em licenciamento

Simplificar os procedimentos do licenciamento ambiental só com o objetivo de agilizá-los vai aprofundar os conflitos socioambientais envolvendo grandes obras e causar insegurança jurídica. Por outro lado, para evitar esses conflitos, é preciso ampliar a participação da sociedade nesses procedimentos e incluir a avaliação dos impactos e custos socioambientais desde o planejamento do setor de infraestrutura. Esses foram os recados principais do seminário “Licenciamento Ambiental – Realidade e Perspectivas”, realizado em 5/11, organizado pelo ISA e o MPF no auditório da Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília.

Foram 20 palestrantes e mais de dez horas de exposições e debates assistidos por mais de 500 pessoas, entre políticos, especialistas, estudantes, autoridades, técnicos do governo e de organizações da sociedade civil, representantes do empresariado e dos movimentos sociais. A transmissão on line na Internet teve quase 3 mil visualizações.

Foi consenso que o licenciamento ambiental é uma conquista da sociedade brasileira que precisa ser aprimorada e fortalecida. Essa posição foi defendida no momento em que aumentam as pressões do governo e de uma parte do empresariado para simplificar e acelerar a emissão de licenças ambientais. A reclamação é de que o licenciamento

seria demorado e custoso.

O seminário aconteceu no mesmo dia em que

estouraram duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, pertencente à Vale e à BHP Billiton, em Mariana (MG). O episódio já é considerado um dos maiores desastres ambientais do País. (Leia artigo do ISA em <http://isa.to/1HzzSor>)

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), encaminhou um projeto de lei à Assembleia Legislativa que pretende flexibilizar o licenciamento no estado. No Congresso, tramitam hoje 19 projetos que pretendem alterar o licenciamento, segundo levantamento do ISA. Uma das propostas, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), pretende estabelecer um “rito sumário” para grandes obras que forem classificadas como “estratégicas” pelo governo.

No seminário, pesquisadores advertiram, no entanto, que os megaprojetos que poderiam ser incluídos nessa classificação, como a hidrelétrica de Belo Monte (PA), são os que têm maiores impactos e custos socioambientais – e que demandam processos mais complexos e longos para avaliá-los, compensá-los e mitigá-los. Consideraram impensável que projetos assim sejam licenciados em poucos meses.

“O projeto do senador Romero Jucá trará mais insegurança jurídica para o empreendedor e menos proteção para as comunidades impactadas. Ele não atende absolutamente ninguém”, alertou Maurício Guetta, advogado do ISA.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1HqXGL7>

Estudo revela que desmatamento na Amazônia tende a diminuir mas ainda é alto

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) revela em nova publicação que entre 2000 e 2013 ocorreu uma desaceleração na perda da cobertura original da



SAIBA MAIS EM:
<http://www.raisg.socioambiental.org/>

Amazônia em relação ao período de 1970-2000. Apesar disso, os números continuam altos na região para os três períodos analisados (2000-2005; 2005-2010; 2010-2013).

O estudo da Raisg estima que entre 2000 e 2013 foram desmatados 222.249 km², extensão que equivale ao territó-

rio do Reino Unido. *Deforestación en la Amazonía (1970-2013)* analisa as tendências históricas e recentes do desmatamento ocorrido em todos os países da região amazônica e conclui que o desmatamento acumulado até 2013 corresponde a 13,3% da cobertura florestal original da Amazônia, estimando que a maior perda de floresta (9,7%) ocorreu principalmente entre 1970 e 2000, enquanto que entre 2000 e 2013 a perda ficou em 3,6%. O estudo alerta também para a forte pressão existente sobre as nascentes das grandes bacias hidrográficas que estão localizadas nos países andinos, em consequência de diferentes atividades econômicas que resultam na alteração do uso do solo e na contaminação das águas. A publicação está disponível para download em espanhol, português e inglês no site da Rede.

Modelos de sustentabilidade socioambiental

Gestores do PIX são capacitados em Geoprocessamento

Vinte gestores territoriais do Parque Indígena do Xingu (PIX), participaram entre 27 de junho e 4 de julho, em Canarana-MT, de um curso sobre Geoprocessamento Sociopolítico e Monitoramento Territorial. Realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), contou com a parceria da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) e da Funai.

Eles fazem parte do grupo que concluiu este ano o curso de Gestão Territorial, que durou três anos. Um dos desdobramentos foi a formação do Coletivo de Cartografia Sociopolítica do Xingu, e esse curso faz parte da estratégia que aborda especificamente o geoprocessamento como prática de gestão territorial.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1NrNH8V>

A ideia é que os gestores aprofundem continuamente seus co-

nhecimentos de maneira autônoma tendo condições de relacionar as novas tecnologias com o conhecimento tradicional para utilizar o GPS, um software de geo-processamento, e dados secundários disponíveis na rede para elaborar mapas e documentos que possam subsidiar a tomada de decisão comunitária e do poder público.

O arqueólogo Michel Hackenberg apresentou parte de seus estudos (baseados em análises de imagens Landsat) na região do Alto Xingu sobre as tecnologias indígenas ancestrais desenvolvidas por povos xinguanos ao longo de milhares de anos e de relevância fundamental para os estudos de cartografia contemporânea.

Nova etapa do curso será realizada antes do final de 2015 e nela os gestores serão os monitores, repassando o conhecimento a outros indígenas.



© LETÍCIA LEITE/ISA

Políticas públicas, saúde, proteção territorial, educação e produção foram temas de debate entre os participantes

Rede Terra do Meio debate ações para promover áreas protegidas e populações tradicionais

Realizado em agosto, em Altamira (PA), o 9º encontro da Rede Terra do Meio, criada em 2004, reuniu sociedade civil e instituições governamentais para tratar principalmente de questões relacionadas a políticas públicas diferenciadas para povos indígenas e populações tradicionais, além de debater articulações para frear a intensificação do roubo de madeira, novas ameaças de grileiros e problemas no atendimento de direitos básicos como saúde e educação.

A Terra do Meio é uma vasta região de florestas preservadas, ocupada por povos indígenas e populações tradicionais, localizada na Bacia do Rio Xingu, no sudoeste do Pará, entre os rios Xingu e Iriri, na região da cidade de Altamira.

Mais de 50 participantes reuniram-se em cinco mesas temáticas sobre saúde, produção, organização comunitária, proteção territorial e educação. O grupo da proteção territorial discutiu a integridade territorial da Terra do Meio, à luz dos dados da publicação *Rotas do Saque* (veja mais à página 3), produzida pelo ISA, que aponta uma renovação e readaptação das táticas dos grupos que protagonizaram o desmatamento na Terra do

Meio. Uma década após a criação da maioria das UCs da região, território,

povos e comunidades tradicionais seguem expostos a intensa pressão. Os representantes dos órgãos governamentais relataram problemas associados à falta de pessoal nos escritórios locais, o que impede a realização de ações adequadas de prevenção e repressão ao crime ambiental. A busca de ações conjuntas que ampliem a vigilância territorial comunitária foi o foco da discussão.

No tema saúde, a demanda dos extrativistas é pela execução de uma política que atenda as populações que vivem em áreas isoladas. Em maio do ano passado, o Ministério da Saúde publicou uma portaria ampliando em 80% os recursos para equipes Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial da região. As novas regras já estão em vigor, mas pouca coisa saiu do papel. Os ribeirinhos ainda têm dificuldade de acesso a tratamentos especializados. A boa notícia vem da educação. Ao final do encontro, foi lançado o curso de magistério extrativista, proposta articulada pela Rede Terra do Meio, que conta com o apoio da Universidade Federal do Pará. As aulas começam em 2016 e formarão professores que vivem hoje nas Resexs da região.

Os diferentes grupos de discussão elencaram ao final mais de 166 ações, distribuídas em mais de 27 eixos estratégicos temáticos.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1OUwLX7>



© MARINA VIEIRA/ISA

Tarcízio Wai Wai aprende a descascar castanhas na miniusina de Rio Novo

Baniwa e Wai Wai visitam miniusina na Terra do Meio (PA)

Em setembro, a comunidade de Rio Novo, na Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri, na Terra do Meio (PA), recebeu os índios Baniwa (AM) e Wai Wai (RR) em intercâmbio sobre processamento de produtos da floresta promovido pelo ISA. Moradores da Resex do Rio Xingu e agricultores familiares da Associação Agroextrativista Sementes da Floresta (Assflor), do município de Uruará, também integraram a comitiva.

Inaugurada em 2011, a miniusina da comunidade de Rio Novo está sendo reformada e ampliada. O equipamento está permitindo aos extrativistas das Resex do Iriri, do Xingu e do Riozinho do Anfrísio, todas localizadas na mesma região, trabalhar de forma diferente, vendendo seus produtos diretamente às empresas, sem intermediários, e estruturando suas relações comerciais de forma diferenciada. O objetivo do intercâmbio foi mostrar o que os extrativistas vêm fazendo e inspirar a melhoria das técnicas tradicionais indígenas de extração de produtos da floresta e obter renda de forma justa e autônoma, mantendo a floresta em pé. A troca de experiências propiciou o planejamento de melhorias tanto para as Resex da Terra do Meio, como para as Casas de Pimenta Baniwa, no Alto Rio Negro (AM), e a produção de castanha dos Wai Wai, em Roraima.

Nos quatro dias de intercâmbio, os participantes puderam conhecer o beneficiamento da castanha desidratada, dos óleos de castanha e babaçu, do tecido encauchado (emborrachado) com leite da seringa, da farinha do mesocarpo de babaçu, da pimenta Baniwa e de sabonete e xampu de andiroba (produzidos pela Assflor).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Sfwdwo>

Curtas

▶ Yanomami e Ye'kwana constroem agenda comum em encontro binacional

A terceira edição do Encontro Binacional (Brasil e Venezuela) Yanomami e Ye'kwana, realizada em outubro, na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR), discutiu o funcionamento interno do Fórum Binacional Permanente, o fortalecimento da articulação entre as organizações e uma agenda comum para 2016. Com a participação de 90 representantes de dez organizações indígenas, seis organizações não indígenas parceiras, quatro instituições do governo brasileiro, duas do governo venezuelano e uma organização internacional, as discussões giraram em torno de agendas comuns de trabalho de forma a fortalecer a governança dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana, assim como a implementação de políticas públicas adequadas em seus territórios. Divididos em grupos de trabalho, os participantes definiram a missão, os objetivos e o modo de funcionamento do Fórum. Questões de saúde também estiveram em pauta como a eliminação da oncocercose (doença que causa cegueira), o combate à malária, tuberculose e outras doenças, além dos danos causados pela contaminação com mercúrio proveniente do garimpo.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1lgW50A>



© RAQUEL SANTOS/ISA

2ª Encontro Xingu+ promoveu discussões sobre estratégias articuladas para enfrentar ameaças e pressões

Povos do Xingu debatem a gestão e a proteção integrada de seus territórios

Lideranças indígenas e de populações tradicionais da Bacia do Xingu participaram em outubro, em Altamira (PA), do 2º Encontro Xingu+ Diversidade Socioambiental no coração do Brasil em Altamira (PA). Na pauta, o debate de estratégias de proteção e a busca de soluções para enfrentar os desafios, compartilhando informações e experiências para promover a valorização, a gestão e a proteção integrada do corredor do Xingu de diversidade socioambiental. Cerca de 70 lideranças indígenas e extrativistas, 21 instituições indígenas e ribeirinhas do corredor do Xingu e seis organizações de apoio, entre elas o ISA, a Fundação Rainforest da Noruega e a Fundação de Defesa do Meio Ambiente (EDF), estiveram presentes.

O corredor Xingu de diversidade socioambiental é um mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação que abarca 27 milhões de hectares (54% da superfície total da Bacia) e comporta 10 UCs e 20 TIs, morada de centenas de famílias de ribeirinhos e 26 povos indígenas.

A união desses povos é fundamental para frear as ameaças que pres-

tionam os limites do corredor: desmatamento, queimadas, grileiros, madeireiros, grandes obras de infraestrutura e pesca ilegal, além de inúmeras propostas em curso no Congresso Nacional que tem como objetivo restringir direitos de indígenas e populações tradicionais, como a PEC 215/2000 (veja página 20).

Por meio de espaços de conversa temáticos (Economia, Produção e Comercialização; Proteção Territorial; Políticas Públicas; Patrimônio Cultural e Gestão das Associações) os participantes debateram as estratégias de atuação articuladas para a Bacia. A necessidade de fortalecer ferramentas de comunicação surgiu em diferentes momentos, indicando a necessidade de se estruturar caminhos para que o compartilhamento de informações e o debate de estratégias possam circular entre os moradores do corredor do Xingu. Muitas ideias foram levantadas e trocadas nos três dias do encontro, mas, ao final, permaneceu a certeza de que aqueles que participaram das discussões estão mais fortalecidos e empoderados para valorizar cada vez mais a riqueza cultural e econômica que produzem e que mantêm em seus territórios.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1M9YLnw>



Grupo de jovens agentes ladeados por Ivy Wiens à esq. e Renato Nestlehener à dir, ambos do ISA

Jovens agentes socioambientais do Vale do Ribeira concluem formação

Em setembro, 67 jovens, de 16 a 29 anos, vindos de bairros rurais de municípios paulistas e paranaenses da região do Vale do Ribeira, ocuparam o auditório do Centro Cultural Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), em Registro, para apresentar os resultados do projeto “Formação de agentes socioambientais de educação ambiental na agricultura familiar e implementação de projetos comunitários de educação ambiental”, iniciado em 2014. Foram 31 projetos e cinco campanhas de educação ambiental.

Dos projetos apresentados 12 receberão recursos financeiros e suporte técnico, até o final de janeiro de 2016. E serão implementados em sete municípios envolvendo comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares, em ações de valorização da cultura tradicional a partir do manejo de recursos naturais e da culinária, reaproveitamento de materiais descartáveis,

implantação de fossas biodigestoras, capacitação para a produção

orgânica, implantação de cisterna, restauração de matas ciliares, conservação de sementes de milho, confecção de aquecedores solares e formação de jovens.

No mesmo período, serão executadas cinco campanhas, desenvolvidas por cada uma das turmas, com base em situações comuns em suas comunidades tais como: proteção dos manguezais; produção agroecológica; conservação dos rios; contra agrotóxicos e plante sua comida.

O objetivo do projeto, desenvolvido pelo ISA, é contribuir para a formação educacional e política de agentes locais que promovam o desenvolvimento socioambiental do Vale do Ribeira. E contou com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), da *Goldman Environmental Foundation* (GEF) e *Jewish Community Federation* (JCF). São parceiros na implementação do projeto o Centro Integrado de Estudos Multidisciplinares (CIEM/ CPRM), a Fundação Florestal, a Funai, o Itesp, o ICMBio, a Prefeitura Municipal de Registro, associações e cooperativas de agricultores familiares.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Q7PQWy>

Foirn promove debate sobre condições para mineração nas TIs do Rio Negro (AM)

Mais de 120 lideranças participaram de seminário sobre mineração com foco nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), em São Gabriel da Cachoeira (AM), no qual foram resgatadas experiências passadas e atuais e discutidas propostas futuras sobre extração mineral. Foram realizadas apresentações sobre os direitos constitucionais dos povos indígenas e os projetos de lei que atualmente tramitam no Congresso Nacional sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1NqyFz>

O evento, promovido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, realizou-se entre 29 de setembro e

30 de outubro em parceria com a Embaixada da Noruega, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o ISA. O objetivo foi aprofundar o debate em relação ao tema com foco nos PGTAs, que começam a ser construídos pelos indígenas da região. Os trabalhos contaram com a assessoria do advogado do ISA, Mauricio Guetta, e do geólogo Tadeu Veiga, da empresa de consultoria Geos Geologia para mineração.

Ao final, uma carta pública foi redigida com propostas do movimento indígena do Rio Negro, enfatizando que os povos e comunidades indígenas têm de ser consultados antes da aprovação de qualquer proposta legislativa. E que sejam garantidos sua autonomia e protagonismo sobre atividades de extração mineral em suas terras.

Yanomami se organizam para promover o turismo no Pico da Neblina

O grande interesse dos não índios pelo turismo ao Pico da Neblina levou os Yanomami a se organizar para promover a atividade de maneira controlada e sustentável, com o apoio do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

São vários os benefícios esperados com o ecoturismo como a geração de renda, a vigilância do território, a valorização cultural, a sensibilização dos não índios para a defesa da floresta e dos direitos indígenas e o fortalecimento da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e afluentes (Ayrca). Durante a XIV Assembleia da Ayrca, realizada em Maturacá (AM), no final de julho, que contou com mais de 600 participantes, as lideranças aprovaram a continuidade da elaboração do plano de visitação para o ecoturismo. Também decidiram que querem o fim dos vários pontos de garimpo ilegal instalados no Pico da Neblina e solicitaram ao Exército que retire os garimpeiros da região. As lideranças esperam que

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1MsAFrA>

o ecoturismo sirva como alternativa de renda para os jovens Yanomami.



Yanomami consulta mapa em assembleia da Ayrca que discutiu ecoturismo no Pico da Neblina

O prazo para o início do ecoturismo não está definido. O ISA foi convidado para ser parceiro na iniciativa, junto com ICMBio e Funai. Também foram temas de debate a saúde, a educação nas aldeias e o garimpo ilegal. Ao final, foi apresentada a diretoria da recém-criada Associação das Mulheres Yanomami cujo objetivo principal é apoiar as mulheres na comercialização de seu artesanato.



Integrantes da expedição percorrem o Rio Uraricaá

Expedição registra ameaças do garimpo ilegal no Rio Uraricaá (RR)

A iniciativa encerrou a série de expedições pelo limite leste da Terra Indígena Yanomami, iniciada em 2012, que viajou mais de 500 km pela linha demarcatória com o objetivo de produzir um diagnóstico das pressões e ameaças a TI e construir de um plano de vigilância permanente. Denominada Expedição Maracá-Uraricaá, percorreu cerca de 150 quilômetros pelos rios Uraricuera e Uraricaá, em uma região de difícil acesso localizada entre a Estação Ecológica (Esec) de Maracá e a Terra Indígena (TI) Yanomami, noroeste de Roraima. Nessa etapa final, os integrantes da expedição registraram garimpos ilegais ameaçando o meio ambiente e as comunidades Yanomami da região. O ponto de partida foi a sede da Estação Ecológica de Maracá, localizada na ilha de mesmo nome e o ponto final foi a primeira comunidade Xiriana, um subgrupo Yanomami, situada a poucos metros

da linha demarcatória entre a Terra Indígena e a Unidade de Conservação.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1kP5Qml>

Diferentemente das viagens anteriores, que incluía caminhadas na floresta, o trabalho foi feito todo por via fluvial, percorrendo o chamado “furo Santa Rosa”, no Rio Uraricuera, e depois o Rio Uraricaá, afluente que nasce no interior da TI Yanomami.

Apesar da dificuldade de acesso, com cachoeiras perigosas, o rio tornou-se, nos últimos anos, uma das rotas do garimpo ilegal em Roraima, que ocorre, sobretudo, nos barrancos de pequenos igarapés tributários do Rio Uraricaá. Foram identificados acampamentos e pistas clandestinas. Uma estimativa conservadora do número de envolvidos no garimpo, nesse trecho do rio, aponta para um grupo em torno de 80 a 120 pessoas. A expedição foi uma parceria entre o ISA, a Associação Hutukara e o Instituto de Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio), que gerencia a Esec. Contou ainda com o apoio da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kwana, da Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPA) e da Polícia Civil de Roraima.

Feira de sementes mostra a força da agricultura quilombola do Vale do Ribeira

O grande destaque da oitava edição da Feira de Troca de Sementes e Mudanças do Vale do Ribeira, em agosto, foi o lançamento do Paio de Sementes, um banco de sementes e mudas tradicionais, reunindo etnovarietades de arroz, milho, feijão e mandioca, resultado de um levantamento realizado junto a 13 quilombos, totalizando 50 espécies diferentes. Entretanto, novas variedades apareceram durante a feira elevando para 81 o número de espécies.

À medida que forem realizados plantios é que se saberá com certeza quantas são as etnovarietades, já que podem receber nomes diferentes a depender da comunidade. À exceção das variedades de mandioca, em torno de 20, que não podem ser armazenadas, todas as outras, as matrizes, ficarão guardadas em uma geladeira da Cooperquival (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira), como reserva para eventuais perdas pelos agricultores. Em cada quilombo será implementado um paio para que as sementes sejam armazenadas de forma adequada.

Como em edições anteriores, a feira foi precedida por um seminário cujo tema foi *Territórios quilombolas e o desafio para a manutenção da agrobiodiversidade*, dividido em dois subtemas: o papel dos territórios quilombolas e a agrobiodiversidade e assistência técnica e extensão rural. Especialistas falaram sobre os programas de governo para a agricultura familiar, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), e sobre a cooperativa dos quilombolas da região, destacando que são fundamentais

© CLAUDIO TAVARES/ISA



Paio de Sementes é inaugurado durante VIII Feira de Sementes e Mudanças dos Quilombos do Vale do Ribeira

para a manutenção da agrobiodiversidade e da segurança alimentar. O protagonismo das comunidades na defesa de seus territórios e de seus direitos também foi destacado. Também foram abordados e debatidos a transição da agricultura convencional para a agroecológica, e a capacitação para a gestão das associações comunitárias que administram a produção e a comercialização, gerando renda aos agricultores.

Rodas de conversa trataram do Sistema Agrícola Quilombola, em fase de patrimonialização pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da questão do licenciamento das roças e do cooperativismo - essencial para fortalecer as comunidades e promover arranjos para que as comunidades tenham acesso aos mercados.

Promovida pelas associações quilombolas do Vale do Ribeira, seus parceiros e o ISA, na cidade de Eldorado (SP), a feira contou com o patrocínio da Petrobrás e do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1EI9wVP>

Meta do Brasil para a COP de Paris é de “ambição zero”

No final de setembro, o Brasil registrou junto às Nações Unidas sua contribuição para o acordo do clima. A INDC (Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida) brasileira inclui reduzir emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025 em relação a 2005, e de 43% até 2030; alcançar 45% de energias renováveis (incluindo hidrelétrica); zerar o desmatamento ilegal em quinze anos e restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas.

Para Marcio Santilli, sócio-fundador do ISA, que analisou as contribuições, os níveis de emissão atuais estão em torno de 40% abaixo do que estavam em 2005, graças à redução do desmatamento na Amazônia entre 2006 e 2012, e assim, o Brasil está se comprometendo apenas com reduções residuais nos próximos 15 anos. Santilli classificou a meta brasileira como de ambição zero. “Concretamente, o Brasil está se comprometendo a emitir, em 2025, até 1,30 Gt de CO₂ equivalente e, em 2030, até 1,16 Gt. Como em 2012, ano com a mais baixa

taxa de desmatamento, estávamos emitindo 1,203 Gt, estamos nos propondo a estabilizar as nossas emissões, nos próximos anos, só um pouco abaixo do nível em que já estivemos em 2012 e do qual começamos a nos afastar a partir de 2013”, avaliou.

“Em outras palavras, estamos dizendo que a nossa contribuição para a redução das emissões globais já houve, quando as taxas pornográficas de desmatamento na Amazônia foram derrubadas e que nos próximos quinze anos, nada mais poderemos fazer além de nos equilibrarmos no melhor ponto em que já estivemos. Porém, essa meta de “ambição zero” tem, ainda, outros problemas congênitos”. Márcio se refere às metas em relação às fontes de energias renováveis e ao desmatamento ilegal, que em sua opinião carecem de qualidade tanto no que se refere à política energética quanto à política florestal. O Ministério do Meio Ambiente reagiu ao artigo (leia em <http://isa.to/1NXG6Pv>) e enviou uma resposta ao ISA, publicada no site (<http://isa.to/1j2UOJW>).

Xinguanos e Suruí Paiter trocam informações sobre gestão territorial

Gestores territoriais do Parque Indígena do Xingu (PIX) viajaram mais de dois mil quilômetros, em julho, acompanhados pelo ISA, para conhecer a experiência dos parentes Suruí-Paiter, na Terra Indígena Sete de Setembro, localizada entre os estados de Mato Grosso e Rondônia.

A expectativa era grande, já que os Suruí são respeitados pela força da retomada de seu território tradicional em uma região rodeada de madeiras e por terem construído um plano de gestão de seu território para os próximos 50 anos. Acompanhados por Almir Suruí, presidente da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí-Paiter e seu irmão Julio Suruí, os xinguanos visitaram a aldeia Lapetanha, onde conheceram o manejo do território da TI, com 248 mil ha, os plantios de

banana e os de café, que herdaram da época dos colonos, mantidos até hoje.

Depois de sofrer enormes pressões ambientais com exploração intensa por parte de madeiras, os Suruí realizaram um diagnóstico agroambiental participativo e um plano de 50 anos para a TI, criando programas voltados à gestão de seu território. Dividiram o território em faixas: uma para restauração florestal, outra para produção para expansão de novas aldeias, abertura de roças etc; e uma terceira para preservação integral. Os Suruí também explicaram aos xinguanos como funciona o Projeto de Carbono Florestal Suruí, o primeiro projeto de Redd+ em Terra Indígena, que consiste na proteção da TI por meio de manejo sustentável, e conservação de estoques de carbono florestal.



© RAFAEL GOVARI/ISA

Momento de descontração durante o encontro da Rede de Sementes em Nova Xavantina

Rede de Sementes e associação avaliam perspectivas futuras e lançam especial sobre seu funcionamento

A Associação Rede de Sementes do Xingu realizou em agosto em Nova Xavantina (MT), sua primeira assembleia e o XII Encontro Geral da Rede. A programação foi variada. Incluiu conversas sobre o futuro da associação a partir da eleição da nova diretoria, avaliação do contexto político institucional da restauração florestal no Brasil, troca de experiências entre núcleos de coletores, preços das sementes, novos mercados e atividades culturais.

O coordenador do Programa Xingu do ISA, Rodrigo Junqueira, falou sobre o futuro promissor da organização, por conta da possibilidade de seu ingresso em novos mercados (cosmético, farmacêutico, culinário e artesanato). O cenário político também esteve na pauta, com a meta do governo federal de recompor 12 milhões de hectares de florestas até 2030, o que irá aumentar a demanda por sementes florestais em todo o Brasil.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1KriUjS>
e <http://isa.to/1RUCGlS>

Em 2014, foram produzidas 17,5 toneladas de sementes florestais de

124 espécies florestais da região Xingu-Araguaia, gerando uma renda de R\$ 344 mil. Conforme pesquisa realizada pela Rede, a grande maioria das sementes comercializadas é destinada para restauração florestal, principalmente pela técnica de semeadura direta e também por meio da produção de mudas. Para entrar em novos mercados são necessários esforços iguais ou até maiores dos que já vêm sendo empregados para garantir a qualidade das sementes até então utilizadas apenas para a restauração. Como nem todas as sementes apresentam padrão de qualidade para plantio e acabam descartadas, podem ser utilizadas para outros fins: para produzir farinhas, artesanatos e, assim, alcançar novos mercados.

Durante o encontro abriu-se espaço para que os coletores pudessem dar depoimentos sobre seu trabalho. Na ocasião também foi lançado no site da Rede um especial com textos explicando seu funcionamento e fazendo um balanço dos resultados alcançados e os números da iniciativa.

Povos indígenas discutem planos para gerir seus territórios

Em outubro, os Yanomami e Ye'kwana (AM e RR), os Baniwa e Coripaco do Rio Içana, na TI Alto Rio Negro, e os xinguanos do Parque Indígena do Xingu, realizaram encontros para debater seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), em meio a um cenário político desfavorável, de ameaça aos direitos indígenas e à integridade de seus territórios, lembrada e ressaltada por todos. Os PGTAs (fundamentados na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígena - PNGATI) são instrumentos de ordenamento e planejamento territorial, que definem ações prioritárias para orientar a atuação de órgãos públicos e da sociedade civil, e criam acordos internos para a boa convivência entre os povos. O ISA e parceiros assessoraram as reuniões.

OS YANOMAMI E YE'KWANA

As associações dos Yanomami e Ye'kwana, que devem gerir um território de 9 milhões de ha e 22 mil habitantes, em dois estados brasileiros (AM e RR), reuniram-se na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol com organizações parceiras. Foi o primeiro de cinco encontros a serem realizados ao longo de dois anos para criar consensos entre as organizações indígenas e lideranças sobre as diretrizes para o bem-viver dos povos que nela habitam e buscar adequações e articulações das políticas públicas que incidem sobre a TI. As associações serão os pontos focais de articulação entre as demandas de suas regiões e os consensos alcançados nos encontros para melhor gerir o território. Ao final do processo, elas devem estar melhor preparadas para construir os PGTAs regionais, nas localidades de suas abrangências. O próximo encontro será realizado em abril de 2016.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1NamuDL>

OS BANIWA E CORIPACO

Na comunidade Tunuí Cachoeira, no Médio Rio Içana, na TI Alto Rio Negro, a Coordenadoria das

Associações Baniwa e Coripaco, reuniu 150 participantes que debateram o PGTA considerando os desafios de uma política inovadora que leve em conta os conhecimentos dos povos indígenas, a floresta em pé e a gestão participativa.

O encontro, organizado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), ISA e Funai, definiu metodologias e a programação para a construção do PGTA na região do Içana e afluentes. Esses dois povos se dividem em 93 comunidades e sítios no Rio Içana e afluentes do lado brasileiro, em uma extensão de 3.487.792 milhões de hectares, onde vivem cerca de 6 000 pessoas. Outra centena de comunidades está em território colombiano e venezuelano. Foram organizados cinco GTs por microrregiões abrangendo toda a Bacia do Içana: Baixo Içana; Médio Içana I; Médio Içana II; Ayari e Alto Içana. O debate girou em torno do tema "O que os Baniwa e Coripaco precisam para viver e estar bem no mundo", mote de uma série de publicações produzida por pesquisadores Baniwa e Coripaco, em parceria com o ISA. Os indígenas também levantaram desafios e mapearam as territorialidades de cada comunidade. O próximo encontro será em 2016.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1Klblby>

OS XINGUANOS

Em Canarana (MT), gestores indígenas do PIX reuniram-se para debater o PGTA que já está finalizado, apontando critérios e ações de longo prazo para a sustentabilidade do território e culturas xinguanas. Com 26,4 mil Km² de extensão, o PIX é o território onde vivem 16 etnias, distribuídas em mais de 80 aldeias. Multiétnico, o parque enfrenta os desafios naturais para a construção de acordos de gestão do território. Os 35 participantes eram jovens com potencial de liderança que foram formados ao longo de três anos em gestão territorial (2012-2014), pelo ISA e parceiros,

a pedido das lideranças mais antigas que viam a necessidade de capacitá-los para construir o plano de gestão do PIX. A formação dos jovens gestores incluiu trabalhos de elaboração do PGTA do Xingu na mesma época em que se discutia a PNGATI, aprovada em 2012 pelo governo. Além do plano

geral, serão elaborados planos específicos para os diferentes povos e regiões com apoio dos gestores territoriais, aprimorando suas regras de uso e ocupação e a forma de gerir o território em que cada etnia habita.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1LyVFJe>

Indígenas do Xingu e do Rio Negro debatem propostas para a Conferência de Política Indígena

Durante a realização das etapas regionais da I Conferência Nacional de Política Indígena, promovida pela Funai em Canarana (MT) e em São Gabriel da Cachoeira no Rio Negro (AM), os caciques, lideranças e organizações que trabalham com os povos indígenas dessas regiões debateram as questões que mais os preocupam. O ISA colaborou na organização dessas etapas, que vão subsidiar a etapa nacional, em dezembro, em Brasília. O tema da Conferência é “A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988” e o objetivo é avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro, reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País e propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista.

No Xingu, o encontro se realizou em outubro e a principal reivindicação foi o direito e a garantia à posse da terra, expressa no documento final.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1jP6fFr>
e <http://isa.to/1i5HjN8>

O Parque Indígena do Xingu está se tornando pequeno para abrigar os 16 povos que o habitam

e que começam a sofrer na pele essa restrição territorial. Terra agricultável e fontes de proteína estão escasseando, o fogo começa a se alastrar pelo PIX, o desmatamento no entorno aumenta, assim como o uso de agrotóxicos. A manutenção de suas culturas e a transição geracional também estão entre as preocupações dos xinguanos.

No Rio Negro, o encontro foi em São Gabriel da Cachoeira, em agosto, no qual se realizou um diagnóstico sobre avanços, desafios e marcos históricos da região, além de debates considerando propostas e traçando um retrato da política indigenista naquela área. Com foco no período pós Constituição de 1988, o diagnóstico tratou da demarcação das Terras Indígenas no Alto Rio Negro e o espírito de coletividade no processo, dos projetos piloto de artesanato, do manejo agroflorestal, da educação escolar e da ocupação de cargos governamentais por indígenas. As propostas constam de um documento final no qual os ataques aos direitos indígenas estão relacionados. Especialmente a PEC 215, a maior ameaça aos povos indígenas e tradicionais no momento (*veja mais à pág 20*).



© RAY BENJAMIN

Em São Gabriel da Cachoeira, indígenas votam propostas e destaque é o ataque aos direitos indígenas



© BETO RICARDO/ISA

Segunda edição do seminário "Visões do Rio Negro" reuniu 110 participantes

Rede Rio Negro realiza seminário em Manaus

Em agosto, 110 pessoas de 40 organizações participaram em Manaus da segunda edição do seminário Visões do Rio Negro. Organizado pela Rede Rio Negro com apoio da Fundação Rainforest da Noruega e da Fundação Moore teve como tema "O que há de novo no Rio Negro." A primeira edição aconteceu em 2007. Trinta palestrantes participaram de mesas-redondas e conferências abordando temas como a inadequação das políticas sociais às comunidades indígenas do Rio Negro, a criação e o reconhecimento de áreas protegidas, turismo, alternativas econômicas, patrimônios do Rio Negro, como o Sistema Agrícola Tradicional e práticas sustentáveis de manejo baseadas no conhecimento tradicional.

Duas conferências tiveram destaque no evento: a da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha,

sobre conhecimentos interculturais e a de Michael Golding, especia-

lista em rios da Amazônia e sua biodiversidade, da Wildlife Conservation Society (WCS), sobre o Rio Negro e a Amazônia.

Uma carta de princípios foi redigida ao final do evento destacando a diversidade socioambiental e o caráter transfronteiriço da Bacia do Rio Negro (que é compartilhada por quatro países – Venezuela, Colômbia, Brasil e Guiana); a importância da cooperação e das parcerias para a conservação; a valorização e uso sustentável da biodiversidade em detrimento de atividades predatórias, ilícitas e de alto impacto socioambiental como a mineração; as hidrelétricas e outras que fazem parte das ameaças de desmonte da legislação socioambiental ora em curso no Brasil. Durante o seminário foi lançada a 2ª edição da publicação *Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental*, trabalho realizado pela Rede em 2014. As versões em português e espanhol estão disponíveis para download gratuito.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1OzLsPt>

ONU recebe relatório sobre violações aos direitos humanos à água e saneamento

A Aliança pela Água, coletivo de ONGs do qual o ISA faz parte, lançou em outubro, em São Paulo, durante uma coletiva de imprensa, o relatório de violação de direitos humanos na gestão hídrica do Estado de São Paulo. Ele foi entregue ao relator da ONU para os direitos humanos à água e ao saneamento, o engenheiro e professor da UFMG, Leo Heller.

O lançamento ocorreu no mesmo dia em que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, recebeu um prêmio concedido pela Câmara dos Deputados por sua gestão da água e saneamento, embora o estado esteja em meio à maior crise de abastecimento de sua história.

A ideia de produzir o relatório surgiu de uma reunião promovida pela Aliança pela Água e o Coletivo de Luta pela Água com o relator da ONU, Leo Heller, em abril deste ano. A partir daí, a Aliança, o Coletivo, o Greenpeace e o Idec colocaram mãos à obra para levantar as informações e elaborar o relatório. Espera-se que, com as evidências apresentadas, a ONU tome as providências e solicite explicações oficiais do governo brasileiro sobre a violação às disposições de acordos e decisões adotadas pelas Nações Unidas e pelo direito internacional sobre o tema.

A falta de transparência e democracia do governo paulista que não assume a existência da crise foi uma das questões levantadas durante o evento, além da desarticulação dos comitês de bacia, que eram espaços de debate da sociedade civil. Heller, que participou do evento por skipe, disse estar bem impressionado com o relatório

que mostrava o compromisso da Aliança com as populações mais vulneráveis. Disse que iria analisar o documento e consultar os governos dos países membro da ONU. Afirmou ainda que iria perguntar ao governo brasileiro o que ele vai fazer a respeito.

A publicação teve apoio do Greenpeace e do Idec e contou com apoio institucional da Fundação Ford, da Associação Bem Te Vi Diversidade, do Instituto Betty e Jacob Lafer e do ISA.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1OvlnrB>

Curtas

Organizações exigem investigação sobre ataques aos Guarani Kaiowá

Em nota pública, diversas organizações indígenas e indigenistas, o ISA entre elas, exigiram imediata investigação da participação de parlamentares no ataque aos Guarani Kaiowá em 29 de agosto em Antonio João (MS), que resultou no assassinato do líder Simião Vilhalva. A nota foi divulgada em 3 de setembro. O secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas, em nome da instituição, repudiou os atos de violência contra os Guarani Kaiowá: "As circunstâncias da morte de Simião Vilhalva e os demais crimes cometidos na Terra Indígena Nñande Ru Marangatu precisam ser investigados e seus responsáveis punidos. Quantos Guarani Kaiowá precisam morrer para que o governo federal e a Justiça deem solução para os conflitos fundiários no sul do Mato Grosso do Sul?", questionou.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1hYnpQ8>

© MARCELLO CASALI/ABR



Em Dourados, mulheres Guarani Kaiowá rezam



Os Jogos Mundiais Indígenas foram marcados por manifestações contra a PEC que fere seus direitos constitucionais

PEC 215 é aprovada em Comissão Especial e protestos de indígenas espalham-se pelo país

Dominada pelos ruralistas, a Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 aprovou, em 27/10, o parecer do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). De última hora, o parlamentar alterou seu texto, mudando o trâmite das demarcações de Terras Indígenas (TIs) no Congresso. A PEC e outras propostas apensadas aprovadas conferem ao Parlamento a atribuição de dar a última palavra sobre os limites de TIs, Unidades de Conservação e quilombos, além de permitir empreendimentos econômicos dentro de TIs.

Agora, o pacote de propostas pode ser votado no plenário da Câmara a qualquer momento. Se aprovado, vai ao Senado. Nos dois plenários, precisa dos votos de três quintos do total de parlamentares, em dois turnos de votação. Na prática, se aprovada pelo Congresso, a PEC deverá paralisar de vez a oficialização dessas áreas

protegidas ao submetê-las às disputas internas do Legislativo. A reunião da comissão foi tumultuada,

com bate boca e troca de acusações entre deputados favoráveis e contrários à PEC, que terminaram se retirando da votação.

De acordo com o relatório aprovado, o governo deixa de realizar as demarcações por decreto e deverá enviá-las ao Congresso, na forma de Projeto de Lei (PL), que terá um rito abreviado, semelhante ao das Medidas Provisórias. O projeto seria submetido a uma comissão mista de deputados e senadores com prazo de 90 dias para apreciá-lo. Segundo o parecer, caso aprovado, o PL será remetido diretamente à sanção presidencial; se rejeitado, deve passar pelos plenários da Câmara e do Senado num prazo de 60 dias, sob pena de trancar a pauta.

No dia da votação, 14 rodovias, em 12 estados, foram trancadas por indígenas em protesto. Um grupo de indígenas, impedido de entrar no plenário da votação, manifestou-se no corredor de comissões da Câmara. Houve início de tumulto. Nas semanas seguintes, manifestações e trancaamentos de rodovias continuaram. O movimento indígena promete seguir mobilizado.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1LBOXEz>
e <http://isa.to/1Y4T8ys>

Com pareceres técnicos contraditórios, Ibama concede Licença de Operação à Belo Monte, no Pará

A diretoria de licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) concedeu em 24 de novembro, a Licença de Operação (LO) da usina de Belo Monte. Após parecer técnico que reconhecia a persistência de pendências nas medidas mitigadoras do empreendimento, o órgão autorizou a operação da usina com novos prazos para cumprimento de obrigações que deviam anteceder a própria instalação da obra no Rio Xingu.

Em setembro, apenas dois meses antes da autorização, o mesmo Ibama havia negado a LO alegando que não poderia concedê-la enquanto 12 pendências “impeditivas” da continuidade da obra não fossem atendidas. Parte delas foi denunciada pelo ISA no *Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação*, publicado em junho e disponível para download no site do ISA.

O parecer foi encaminhado à Norte Energia, responsável pela construção. Em sua análise, o Ibama exigia que a empresa apresentasse um “cronograma e metas para a operação do sistema de esgotamento sanitário de Altamira”, que vai abrigar o lago da usina.

A tubulação foi instalada, mas nenhuma casa foi conectada à rede. Em

novembro de 2015, quando foi autorizado o enchimento dos reservatórios as conexões domiciliares para garantir o funcionamento do sistema e evitar a contaminação do reservatório não tinham sido feitas. Recentemente, a prefeitura declarou que iria fazer as ligações, financiadas pela Norte Energia. Os técnicos do Ibama consideraram não haver pendências relativas às iniciativas de saúde que a concessionária deveria desenvolver como parte de suas obrigações socioambientais, muito embora o hospital municipal apresentasse problemas de fiação elétrica impedindo sua inauguração. A conclusão do cronograma de obras do reassentamento Pedral, bairro destinado a índios, pescadores e extrativistas também precisava ser entregue antes da LO. O Ibama decidiu omitir a exigência dessa obrigação e estabeleceu novo prazo para a construção do bairro: novembro de 2016. Os novos bairros erguidos pela Norte Energia continuam sem ruas de acesso, postos de saúde adequados e escolas, previstos no licenciamento.

O tratamento do reassentamento de ribeirinhos que viviam nas ilhas que darão lugar ao reservatório da usina também deve ser revisto. Em julho, a Secretaria Geral da Presidência determinou a paralisação da chamada balsa da demolição – que há meses percorre o Xingu fazendo a remoção dos ribeirinhos e pescadores que estão em áreas a serem alagadas pela usina – após constatar uma série de violações de direitos humanos. O parecer do Ibama determinava ainda que a empresa deveria “concluir o remanejamento da população atingida” nos seis reassentamentos, em Altamira, e os ribeirinhos moradores de ilhas e beiradões do Rio Xingu. Na avaliação das obrigações do Componente Indígena de Belo Monte, a Funai, a quem cabe analisar seu cumprimento, considerou, em setembro, que as ações da Norte Energia eram insuficientes para emitir parecer favorável. Mas também em novembro, a presidência do órgão indigenista desconsiderou esse parecer e mandou ofício ao Ibama dando aval para o enchimento do reservatório da usina.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1G3i3rT>
e <http://isa.to/1VhtaVh>



© ANDRÉ VILLAS-BÓAS/ISA

Apesar das pendências socioambientais, Ibama concede Licença de Operação para a usina



Da esq. para a dir.: José Afonso da Silva, Manuela Carneiro da Cunha, Deborah Duprat e Elizeu Lopes, na São Francisco

Direitos indígenas em disputa no STF é tema de seminário

Desde setembro de 2014, três Terras Indígenas (TI) tiveram suas demarcações anuladas pelo STF e outras várias estão nas mãos dos ministros da Corte. Essas decisões, que partiram da Segunda Turma, baseiam-se em uma controversa tese jurídica, o “marco temporal” – que sustenta que os índios só teriam direito às terras efetivamente ocupadas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Para refletir criticamente sobre a aplicação dessa tese, um grupo de juristas, lideranças indígenas e antropólogos promoveu, em 10 de novembro, o seminário “Direitos dos povos indígenas em disputa no STF”, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo (SP). Coordenado pelos professores Samuel Barbosa (FD/USP) e Manuela Carneiro da Cunha (FFLCH/USP), com o apoio do ISA, o seminário contou com a presença de cerca de 300 pessoas, e com as contribuições de juristas célebres como Dalmo Dallari e José Afonso da Silva, ao lado da sub-procuradora geral da República Deborah Duprat e das lideranças indígenas Sonia Guajajara, David Popygua e Elizeu Lopes.

Em sua fala, Dallari sustentou que a tese do “marco temporal” é inconstitucional e que é um absurdo exigir que as comunidades resistissem física ou juridicamente às expulsões de suas ter-

ras. José Afonso da Silva, um dos mais renomados constitucionalistas do país, apresentou um longo parecer jurídico, em que refuta por completo a tese e também o argumento do “renitente esbulho” – segundo o qual só teriam direito à terra aqueles índios que, mesmo expulsos, estivessem resistindo fisicamente ou movendo ações judiciais contra a remoção em 1988.

Já Deborah Duprat, que destacou outras táticas de resistência indígena às expulsões, afirmou que as decisões da 2ª Turma do STF ignoram os próprios laudos antropológicos e que elas são fruto da atuação da bancada ruralista junto aos ministros. Sonia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o advogado do ISA, Maurício Guetta, também lembraram a relação com os ataques aos direitos indígenas no Legislativo, já que o “marco temporal” foi incluído no texto da PEC 215/2000, aprovado por Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

As falas dos palestrantes além de outras contribuições serão compiladas em uma publicação, ainda sem previsão de lançamento. O seminário foi promovido por Associação Juizes para a Democracia (AJD), Instituto Socioambiental (ISA), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), campanha Índio é Nós, Faculdade de Direito e Centro de Estudos Ameríndios da USP.

O ISA está de luto

A sócia-fundadora do ISA, Juliana Ferraz da Rocha Santilli, perdeu no dia 18 de novembro a luta de quase dois meses contra um AVC. Juliana foi transferida de Brasília em 13/11, onde estava internada, para o Rio de Janeiro, aos cuidados do neurologista Paulo Niemeyer. Foi submetida a uma nova cirurgia, mas não conseguiu se recuperar. Ao lado de seu marido Marcio Santilli, foi uma das fundadoras do Instituto Socioambiental em 1994.

Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Juliana tinha 50 anos, era doutora em Direito Socioambiental pela PUC-PR e autora dos livros *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*, *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores e*

Agrobiodiversity and the Law: regulating genetic resources, food security and cultural diversity além de diversos artigos sobre direitos socioambientais. Era ainda pesquisadora associada do programa “Populações locais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais”, desenvolvido pelo *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD) e pela Universidade Estadual de Campinas. Ativista incansável em defesa da agrobiodiversidade, da segurança alimentar, dos conhecimentos tradicionais, temas nos quais era especialista, deixa um filho, Lucas, de 19 anos.

Valeu Ju! Você vai nos fazer muita falta!



© BETO RICARDO/ISA

Fortalecimento institucional do ISA

Sociedade civil entra na briga contra Código Florestal

Em agosto, o ISA e outras organizações da sociedade civil entraram como parte nas quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei nº 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal. As ações foram apresentadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) e o PSOL. O ISA encaminhou ao tribunal uma manifestação conhecida como *amicus curiae*, pela qual passa a integrar o processo e lista argumentos em defesa das ADIs. Também encaminharam ao ministro relator, Luiz Fux, pedido para que as ADIs sejam julgadas com urgência por causa dos impactos negativos da nova lei. Argumentam que ela estimula o desmatamento e impede a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Segundo os cientistas, a destruição dessa vegetação é responsável pelo agravamento da crise hídrica e energética.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1gdZVFc>

IBGE elogia trabalho do ISA sobre TIs

O ISA foi a única organização não governamental a participar do “VII Seminário de Demografia dos Povos Indígenas: Saúde, Território e Ambiente”, que aconteceu entre 26 e 28 de agosto no Rio de Janeiro. Organizado pela Associação Brasil de Estudos Populacionais (Abep), o encontro reuniu mais de 40 especialistas no tema. Fany Ricardo, coordenadora do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA, compartilhou sua experiência pioneira com a consolidação de dados demográficos de Terras Indígenas e com a rotina de atualização dessas informações, com base em fontes variadas.

SAIBA MAIS EM:
<http://ti.socioambiental.org>

O IBGE elogiou e reconheceu a importância do trabalho do ISA. Os dados de demografia por Terra Indígena estão acessíveis no site “De Olho nas Terras Indígenas”.

Associação Terra Indígena do Xingu comemora 20 anos

A festa foi em setembro, na aldeia Moygu, dos Ikpeng, que receberam 500 convidados para celebrar a história da mais representativa organização política dos povos do Parque Indígena do Xingu. São cerca de sete mil índios que preservam uma imponente e exuberante floresta ilhada pelo desmatamento no nordeste do Mato Grosso. Um drone pertencente à Associação Indígena Kisêdjê (AIK) sobrevoou a aldeia registrando corpos pintados, que dançavam e cantavam. Mas mais que isso, o drone tem registrado também muitas queimadas e pontos de desmatamentos.

No trajeto para a aldeia – 15 horas de viagem sendo sete de barco – saindo da cidade de Canarana, a reportagem do ISA flagrou dois pontos intensos de fogo, o mais grave localizado próximo a aldeia Samaúma. Foram quase 20 minutos de viagem acompanhados de muita fumaça e cheiro forte de queimado. O avanço do desmatamento por causa da produção de soja no entorno do parque dificulta a cada dia o manejo e o controle do fogo, pauta central dos índios xinguanos. O ISA monitora os pontos de queimada e desenvolve alternativas de manejo adaptadas às mudanças climáticas há mais de 10 anos no PIX.

As preocupações com o futuro do parque são inúmeras, mas o encontro foi tempo de celebrar. A Atix tornou-se em setembro a primeira autocertificadora indígena de produtos



© KAMIRIA KISEDJÊ

Na aldeia Moygu, inscrição no solo homenageia a associação

orgânicos do mundo. A produção e comercialização do mel dos índios do Xingu é também um dos caminhos encontrados pela associação no desafio de satisfazer as novas expectativas materiais e sociais das comunidades, envolvendo os índios em projetos que mantenham a floresta em pé. As roças de mandioca, batata, amendoim, abóbora e produção de farinhas e pimentas estão em todas as 87 aldeias do Parque, mas os povos começam a ter sérias dificuldades nessas roças. Novas pragas, mudanças no clima e dificuldade de acesso a terras férteis são relatos comuns entre as antigas e novas lideranças. A casa está ficando pequena. O presidente da Funai que participou da celebração disse que iria lutar pela retomada de terras xinguanas, caso da área Jatobá, que ficou fora dos limites do PIX e é reivindicada pelos Ikpeng por ser parte de seu território original.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1KXroTi>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Marina Kahn e Neide Esterci. **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas. **Apoio institucional** Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). **Jornalistas:** Letícia Leite e Oswaldo Braga de Souza. **Colaboração:** Tatiane Klein. **Ilustrações:** Rubens Matuck. **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Major França, 85, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.